

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA COMO INTELLECTUAIS: ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

Fábio Inácio Pereira*

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de refletir acerca da formação de professores de Filosofia como intelectuais. O trabalho procurou colocar essa questão em evidência a partir do relato de experiência de ensino da disciplina “Educação em Direitos humanos e Meio Ambiente”. A abordagem qualitativa foi privilegiada, priorizando a descrição, a interpretação e a explicação dos fenômenos estudados ao longo dessa disciplina. O estudo revelou a importância de metodologias de aprendizagem que coloquem os estudantes em contato com problemas próximos, ou seja, da comunidade em que estão inseridos, e o modo como essa prática contribui para o desenvolvimento de sua criticidade como futuros professores de Filosofia.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Didática. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A educação de educadores como intelectuais críticos em relação aos compromissos políticos e às principais questões de seu tempo é um dos grandes desafios no processo de formação de professores na atualidade, em especial no que se refere à formação de professores de Filosofia. A reflexão acerca da atuação desse educador como um intelectual remete a sua prática social como um sujeito histórico concreto, às expectativas quanto a sua atuação profissional e a outras responsabilidades que esse sujeito também pode exercer junto à comunidade. O ponto de partida para a compreensão é o de que o seu fazer social, seja em seu local de trabalho, seja na comunidade em que reside, tem um caráter político, o que poderia se referir, inclusive, a sua capacidade de contribuir com a transformação dessa realidade.

A abordagem de estudiosos acerca desse assunto afirma que esses profissionais não têm enfrentado os temas contemporâneos, apenas reproduzido o discurso comum. Segundo Freire e Shor (1997), em obra em que dialogam, em relação ao que parece ser uma tradição histórica da educação brasileira, a universidade

tende a nos formar *à distância* da realidade. Os conceitos que estudamos na universidade podem trabalhar no sentido de nos separar da realidade concreta à qual, supostamente se referem. Os próprios conceitos que usamos em nossa formação intelectual e em nosso trabalho estão fora da realidade, muito distantes da sociedade concreta. Em última análise, tornamo-nos excelentes especialistas, num jogo intelectual muito interessante – o jogo dos conceitos! É um “balé de conceitos” (FREIRE; SHOR, 1997, p. 131).

O comprometimento dos estudantes quanto aos grandes problemas ético-políticos de seu tempo é um importante desafio para a formação filosófica no interior das instituições de ensino e, de modo particular, um problema para a

* Doutor em Educação. Professor do curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pesquisa realizada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). E-mail: <fabio.inacio@pucpr.br>.

didática da Filosofia. Salienta-se, no entanto, que existem muitos outros desafios para os que estão envolvidos com o ensino universitário, como os problemas da formação básica, responsáveis pela dificuldade de compreensão, interpretação, de domínio da escrita em seus diversos gêneros discursivos, além da incapacidade de realizar uma pesquisa socialmente referenciada, dentre outros.

Quanto à formação, os próprios projetos pedagógicos dos cursos de Filosofia são obstáculos, visto que, em resposta às políticas do Estado, apenas no aspecto formal atendem à exigência de uma atuação em determinado contexto social. Esse processo está explícito, por exemplo, na separação de disciplinas consideradas teóricas e práticas, o que pode contribuir para o distanciamento das classes populares, a incompreensão da politicidade da educação e a falta de engajamento nas lutas atuais.

Esse problema também é evidente quando se constata a continuidade de currículos enrijecidos, com um grande número de disciplinas, responsáveis pela fragmentação da formação. Tudo isso dificulta a compreensão do senso comum e de seu núcleo válido, o bom senso, como ponto de partida para os homens adquirirem consciência de si mesmos e das relações sociais em que estão inseridos.

Nesse sentido, o problema identificado na prática se relaciona à dificuldade de desenvolver a organicidade dos estudantes do curso de Filosofia, fato que motiva o debate acerca dos limites presentes na formação de professores nesse curso. Assim, como as metodologias podem auxiliar esse processo? Como desenvolver a sensibilidade político-social dos estudantes universitários?

1. O FILOSOFAR EM QUESTÃO

A noção de intelectuais orgânicos, de Antonio Gramsci (1891-1937), constitui-se uma importante categoria capaz de colocar em evidência a formação de professores de Filosofia. Ao analisar as disputas

pelo poder na sociedade, o filósofo italiano explorou a relação existente entre os intelectuais, a política e as relações de classe (SEMERARO, 2006, p. 376). Nesse sentido, tornou-se fundamental sua afirmação de que todo grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 15) e, ao mesmo tempo, a sua preocupação com as massas camponesas subalternas, que não criam e nem assimilam camadas intelectuais (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 16).

Os intelectuais, segundo Giroux (1997, p. 186), mais do que pessoas letradas, eram considerados mediadores, com funções sociais de natureza política. Nessa perspectiva, é importante compreender a preocupação de Gramsci em relação à atividade dos intelectuais no contexto em que suas ideias foram elaboradas, sobretudo, no caderno 12 dos *Cadernos do Cárcere*. Nesse momento, dois acontecimentos são muito representativos: de um lado, a ascensão do fascismo e, do outro, o distanciamento dos intelectuais das massas. Sob o ponto de vista das classes subalternas, não surgiam intelectuais orgânicos, ou seja, comprometidos com seus problemas de classe e essenciais para alavancar as lutas, segundo os interesses dos subalternos.

Para Gramsci, a integração dos intelectuais com as massas é fundamental, o que levou o estudioso a preocupar-se com a sua formação em organicidade, com o que denominou “elemento popular”, o qual detém, de modo mais concreto, as impressões da realidade histórica, porque, nesse caso, vive-se muito mais próximo dessa realidade e constata-se, diretamente, os problemas sociais. O intelectual possui as formas de saber, “mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’” (GRAMSCI, 2014, v. 1, p. 221).

Assim, Gramsci sustentava que o aprendizado dos intelectuais acontecia, em especial, quando inseridos no contexto sociocultural das classes populares. Além disso, defendia uma nova forma de conceber o conhecimento do senso comum e a sua maneira de compreender as coisas

no mundo, muitas vezes “desconexa e ambivalente” (GIROUX, 1997, p. 239). Na perspectiva de Gramsci não se poderia desconsiderar a sabedoria presentes no conhecimento das classes populares, as quais devem ser vistas como aqueles que, apesar da condição de dirigidos, podem ser dirigentes. Na perspectiva de Mesquida (2011), o intelectual gramsciano, como um educador, entende e valoriza o contexto social, além de compreender o saber popular existente nele.

A relação dialética inter-relaciona os sujeitos do senso comum com o intelectual. Na compreensão de Gramsci “[...] o ambiente é o educador, ele deve ser, por sua vez, educado” (GRAMSCI, 2014, v. 1, p. 144). Como os homens no seio das classes populares, o intelectual pode se transformar em educador, pois é levado a filosofar a partir do contexto sociocultural onde está o saber popular, entendendo as relações histórico-concretas em que se inserem em sua concepção de mundo.

Ao defender a capacidade intelectual dos “simples”, do bom senso presente no senso comum, defendeu a capacidade que todos os homens têm de pensar filosoficamente (GRAMSCI, 2014, v. 1, p. 93). Em sua tese, havia a tentativa de explicar o que o homem poderia vir a ser, ou seja, o potencial intelectual, comum a todos os homens. Gramsci compreendia que o fato de todos os homens pensarem a respeito de sua ação no mundo e de serem capazes de elaborar anteriormente essa ação colocava-os na condição de sujeitos que produzem cultura, ao transformarem o mundo em que vivem. Desse modo, ele defendia que o ensino de Filosofia poderia contribuir para uma “reforma intelectual e moral”, assim não deveria apenas

informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada, mas formá-lo culturalmente, para ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural, é necessário partir do que o aluno já conhece, da sua experiência filosófica (após lhe ter demonstrado que ele tem

uma tal experiência, que é um “filósofo” sem o saber). E, já que se pressupõe uma certa média intelectual e cultural nos alunos, que provavelmente não tiveram ainda mais do que informações soltas e fragmentárias, carecendo de qualquer preparação metodológica e crítica, não é possível deixar de partir do “senso comum”, em primeiro lugar, da religião, em segundo, e, só numa terceira etapa, dos sistemas filosóficos elaborados pelos grupos intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 2014, v. 1, p. 119).

Conforme sua perspectiva educacional, o intelectual seria educado mediante o diálogo com as classes populares, sendo que o senso comum é a forma predominante de compreender o mundo. Não se deveria cometer o erro do “intelectual pedante”, aquele que não se ocupa com o que sente e com a própria sabedoria popular. Segundo Gadotti (1983), o educador deve ser formado para ler e entender essa realidade popular e, de acordo com essa perspectiva, as instituições educadoras deveriam se preocupar em ensinar os futuros educadores

a compreender a situação do aluno e daqueles que estão fora da escola. É essa consciência social que devemos formar no futuro profissional, antes de inculcar-lhe um saber técnico. O profissional do ensino não é um técnico, um especialista, é, antes de mais nada, um profissional do humano, do social, do político (GADOTTI, 1983, p. 142).

A concepção gramsciana de educação destaca a importância da práxis do educador como intelectual que compreende e valoriza o contexto social, além de entender a singularidade do saber popular existente naquela realidade. Ele busca integrar-se e conectar-se às lutas políticas dos “subalternos”, cria estratégias de participação e organização popular e defende a socialização do conhecimento existente. Por essa razão, propõe uma pedagogia que torne possível a passagem do senso comum à consciência filosófica no sentido de uma nova concepção de mundo, desde a práxis política dos subalternos.

A criação de uma nova camada de intelectuais implica que os sujeitos elaborem “criticamente a atividade intelectual que possui em determinado grau de desenvolvimento” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 53),

modificando a sua atividade prática geral, tornando-se “o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 53). O intelectual compreende que também precisa ser educado e que se educa ao educar, conforme destaca Freire “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1994, p. 68).

2. A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE: UMA EXPERIÊNCIA

A investigação quanto à formação de professores no curso de licenciatura em Filosofia teve como proposta geral o desenvolvimento de atividades educativas, a partir de um planejamento em uma determinada realidade do contexto local, que promovessem a organicidade dos estudantes. Essa organicidade, como problema pedagógico da formação do professor, relaciona-se ao domínio do saber, à sensibilidade e à capacidade dos educandos de aprenderem em diálogo com os setores populares.

O estudo foi desenvolvido durante as aulas da disciplina de “Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente”, voltada aos estudantes do segundo ano do curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e concentrou-se na análise de conceitos fundamentais da construção sócio-histórica dos Direitos Humanos e em situações do contexto socioambiental contemporâneo. Com isso, compreendia-se que o concluinte seria capaz de analisar e propor alternativas socioeducativas de enfrentamento de situações de desrespeito a esses direitos e ao meio ambiente, a partir da análise crítica da realidade atual.

Na perspectiva até aqui desenvolvida, além da formação em fundamentos teórico-conceituais e históricos, o propósito era desenvolver, por meio de

uma metodologia problematizadora e propositiva, o comprometimento e o engajamento dos estudantes com grandes problemas contemporâneos. Assim, o plano de ensino da disciplina concentrou-se na organização do processo de ensino-aprendizagem, centrando-se em dois grandes momentos: 1) estudo e análise; 2) elaboração de propostas e recursos de intervenção.

O primeiro objetivo a ser alcançado foi o de identificar os principais desafios socioambientais contemporâneos, mediante estudos realizados por centros de pesquisa e organizações de Direitos Humanos, tendo em vista que essas ações se relacionam com a disciplina. Para isso, os estudantes tiveram a preocupação de identificar e organizar, por meio de palavras-chave, os temas presentes em fatos e acontecimentos cotidianos.

Esse estudo possibilitou a formação de um quadro amplo de “palavras-geradoras”, extraídas de situações, fatos e acontecimentos locais e distantes da realidade sociocultural dos estudantes. Após essa identificação e sensibilização inicial, foi desenvolvida a análise dos problemas presentes no contexto de crise econômico-social e das implicações desse cenário nos Direitos Humanos e nas questões ambientais brasileiras, com base em referenciais históricos e documentais.

Assim, constituiu-se um trabalho de estudo acerca do processo de constituição dos Direitos Humanos, seu contexto histórico e o processo de educar, de acordo com esses direitos, no Brasil. Nesse sentido, foram realizadas pesquisas em literatura específica (SIDEKUM, WOLKMER, RADAELLI, 2016; MONTEIRO SILVA, TIRIBA, 2014; ISHAY, 2013; PENTEADO, 2000), a fim de identificar os principais desafios e as perspectivas da construção da educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente na contemporaneidade. Nesse processo, procurou-se vincular à relação existente entre economia, sociedade e políticas de Estado.

O caminho dos estudos e levantamentos teve em vista a elaboração de análises, promovendo a

transformação de elementos e problemas cotidianos em objetos concretos, categorizados, relacionados e abordados desde a literatura política e filosófica. Por fim, compreendia-se que seria possível a exploração desses temas, a fim de construir textos críticos e argumentativos, no campo dos direitos humanos e do meio ambiente.

O objetivo seguinte foi apresentar, mediante um trabalho organizado em pequenos grupos, intervenções socioeducativas, estrategicamente elaboradas por meio da literatura clássica, de legislações específicas e do estudo crítico da realidade socioambiental brasileira, tendo em vista a emancipação humana e a dignidade da pessoa na contemporaneidade. Assim, a partir da inferência de um caso concreto, era necessário formular um problema de pesquisa, que pudesse ser desenvolvido por meio de um plano de pesquisa.

Essa etapa do processo exigiu o estudo aprofundado de uma literatura (FREIRE, 1994; GRAMSCI, 2004, 2014; SILVEIRA, 2007; TONET, 2014) que tornasse possível compreender princípios e estratégias pedagógicas para a educação em direitos humanos e meio ambiente. Além disso, foi necessária a elaboração de um projeto, contendo um plano de recursos para a intervenção sociocultural. O desafio proposto tinha uma exigência fundamental e decisiva para as equipes: as estratégias deveriam ser formuladas com base no diálogo com os sujeitos envolvidos na temática escolhida. Esse compromisso pretendia propiciar a sensibilização dos estudantes, o confronto entre as informações encontradas até aquele momento e a própria realidade no contexto do problema.

O resultado final proporcionou a elaboração de recursos didáticos de intervenção socioeducativa em direitos humanos e meio ambiente, com foco em uma determinada situação do contexto local. Seguiu-se uma metodologia de pesquisa com elementos de uma educação popular orgânica, ou seja, por meio do

diálogo com a comunidade, com o grupo ou o segmento social em situação de risco ou atingido pelo problema em questão. Por fim, os estudantes compartilharam o trabalho realizado, com o propósito de trocar experiências e enriquecer a proposta elaborada.

3. REFLEXÕES ACERCA DOS RESULTADOS

A abordagem qualitativa foi privilegiada neste estudo, porque foram priorizadas a descrição, a interpretação e a explicação dos fenômenos estudados ao longo da disciplina de Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente. Os resultados serão apresentados a seguir, conforme os objetivos destacados anteriormente: 1) identificar os principais desafios socioambientais contemporâneos, a partir de estudos de referências de centros de pesquisa e organizações de Direitos Humanos, tendo em vista as ações na disciplina Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente; 2) analisar os problemas presentes no contexto de crise econômico-social, suas implicações nos Direitos Humanos e nas questões ambientais brasileiras com base nos referenciais e documentos estudados; 3) apresentar propostas de ações de intervenção socioeducativa, estrategicamente elaboradas por meio de legislações específicas e do estudo crítico da realidade socioambiental brasileira, tendo em vista a emancipação humana e a dignidade da pessoa na contemporaneidade; 4) elaborar materiais ou recursos didáticos de intervenção socioeducativa em Direitos Humanos e Meio Ambiente, com foco em uma determinada situação do contexto local, segundo a metodologia de educação popular.

Por meio da observação de recortes da realidade, os estudantes foram orientados no processo de identificação e descrição de desafios sociais e ambientais contemporâneos. Ao lado dessa preocupação, propôs-se a identificação do escopo geral da disciplina e, assim, foram realizadas leituras e reflexões introdutórias, tendo

como base alguns referenciais teóricos acerca da história brasileira. Essa fundamentação teórica possibilitou a compreensão do processo histórico dos direitos humanos no Brasil, dos avanços e retrocessos no contexto das políticas ultraneoliberais atuais.

Destaca-se a contribuição efetiva dos estudantes que, nesse processo, participaram por meio de pesquisas realizadas previamente e compartilhadas em sala. O estudo foi compartilhado nos pequenos grupos, definidos e organizados pelos próprios estudantes, formados para favorecer o diálogo em torno dos dados sociais encontrados. Desse modo, a síntese da pesquisa foi apresentada em um painel comum, com mais de 30 temas de preocupação, resultado da participação coletiva.

Foi possível constatar a efetividade da proposta devido à ampla sensibilização alcançada pela pesquisa e à troca de informações nos grupos de estudo. Assim, a proposta inicial mostrou a adesão dos estudantes e evidenciou que os temas direitos humanos e meio ambiente são compreendidos de diversas maneiras. A multiplicidade de questões apresentadas revelou um quadro geral bastante amplo e complexo, desafiando, sob diversos aspectos, os estudantes, sobretudo do ponto de vista da atuação do professor de Filosofia.

Após esse trabalho introdutório, houve a categorização dos grandes problemas e a análise crítica dessa realidade, para a identificação de questões mais urgentes em direitos humanos e meio ambiente. Nos grupos, constituiu-se um debate para definir um único problema, seguido por um plano de estudos quanto à temática. Essa decisão exigiu que, individualmente, houvesse um posicionamento acerca da prioridade dos temas, o qual deveria ser justificado, a fim de facilitar essa definição. Esse processo impulsionou a investigação exploratória dos temas e levou os estudantes a desenvolverem argumentos que fundamentassem a escolha. Entre os principais temas definidos pelas equipes, estavam: o “problema do encarceramento de mulheres”,

a “destruição ambiental no Parque Nacional da Ilha Grande”, a “questão da mobilidade urbana”, a “questão do aborto” e a “questão da saúde pública no Brasil”.

Um aspecto relevante foi a diversidade de olhares acerca da realidade sociocultural apresentada pelos estudantes. Questões consideradas de primeira ordem, em termos contemporâneos, como o desastre ambiental na bacia do Rio Doce, provocado pelo rompimento da barragem pertencente à mineradora Samarco, ou a violência urbana em cidades brasileiras, em alguns grupos, não foram mencionadas. Essa constatação permitiu a reflexão quanto aos olhares em torno dos problemas contemporâneos e como trabalhar essa diversidade. De modo geral, no entanto, o ponto de maior destaque foi a imersão dos estudantes na realidade sociocultural, à procura de problemas com maior repercussão no campo dos Direitos Humanos.

Essa etapa evidenciou o desafio de problematizar e constituir um objeto situado em determinado contexto sócio-histórico. A investigação colocou os estudantes diante de textos clássicos da Filosofia, de documentos de convenções internacionais, de dados socioculturais brasileiros e da literatura atual relacionada aos direitos humanos e ao meio ambiente. Assim, chegou-se a um importante levantamento documental dos objetos de estudos dos grupos, o que foi importante para o diálogo acerca das políticas em Direitos Humanos e da atuação do Estado brasileiro neste campo.

Ademais, as atividades nos grupos foram favorecidas pelo trabalho aplicado e comprometido realizado por seus membros. O resultado revelou a capacidade de investigação e participação dos estudantes em atividades que dependem de estudos prévios, além de mostrar a importância de um planejamento, claro e detalhado, dos compromissos e das tarefas individuais e coletivas.

Esses primeiros momentos evidenciaram o distanciamento dos estudantes em relação à realidade local, próxima ao seu convívio diário, e aos temas que possuem

alguma repercussão regional ou nacional. Apesar disso, a proximidade com os estudantes possibilitou que fossem dimensionados o universo conceitual, as perspectivas políticas de abordagem, as fontes de consulta e orientação teóricas das investigações realizadas. Ao final desse processo, houve a confirmação de que o envolvimento com os problemas produz profundo interesse pela tarefa. Um exemplo importante de sensibilização se deu na visita dos grupos a uma penitenciária, para dialogar com as mulheres presas. Segundo os estudantes, o diálogo com elas foi fundamental para o direcionamento e aprofundamento das pesquisas e posterior desenvolvimento do material final do trabalho.

Nesse sentido, um grande desafio foi a proposição de um raciocínio interrogativo, contextualizado e problematizador. Nesse momento, os estudantes deveriam elaborar uma proposta de intervenção socioeducativa, objetivando a elaboração de um projeto de pesquisa, o que se tornou um grande obstáculo e revelou dificuldades de produção textual, de organização de ideias e de composição de texto argumentativo e interrogativo.

Tanto nos períodos exploratórios e investigativos iniciais quanto na etapa de elaboração de um projeto de pesquisa os estudantes utilizaram um material com orientações detalhadas acerca do resultado esperado e rubricas de autocorreção dos textos produzidos. Nessas duas etapas, foi usada a metodologia de avaliação pelos pares. O olhar crítico em relação aos textos dos colegas, a partir dos parâmetros elaborados pelo professor, ajudou no amadurecimento e na autocritica da produção das equipes, promoveu maior compreensão da tarefa e do processo de problematização e proposição do objeto de pesquisa.

Além das observações dos pares e das orientações realizadas pelo professor, as equipes foram orientadas na perspectiva da escuta, para que fosse possível um processo de aprendizagem por meio do diálogo, uma aproximação dialógica com as comunidades em que se encontrava o problema de pesquisa. Assim, as equipes

realizaram visitas e entrevistas, fundamentais para que a proposta de pesquisa ganhasse nova dimensão, a qual ampliou o olhar e as perspectivas dos estudantes, além de proporcionar nova interpretação dos problemas estudados. Essa aproximação ajuda a compreender a pergunta de Baratta (2011 p. 184): “como pode o espírito popular estar na base da função e da atividade dos intelectuais?”. Evidencia também a importância de uma relação próxima dos intelectuais com as classes populares e a questão do senso comum. Para Gramsci, segundo Pereira (2017, p. 27),

[...] o senso comum era o terreno em que germinava a luta e em que as contradições se apresentavam mais visíveis e, desse modo, não poderia ser considerado infrutífero para a produção da consciência histórica e social, a qual passa pelo bom senso, podendo chegar à consciência filosófica.

Nesse sentido, a experiência mostrou a importância do contato com as comunidades, com os sujeitos atingidos diretamente pelos problemas. O aprendizado possibilitado por essa aproximação mostrou que o processo de desalienação depende do engajamento dos estudantes, sem o qual não se desenvolve a problematização contínua do mundo e das relações, necessária para que haja a desmistificação e a desnaturalização dessas situações.

A etapa final dos trabalhos ocorreu a partir do desafio de elaborar recursos didáticos socioeducativos que viabilizassem a educação em direitos humanos e meio ambiente. Os estudantes apresentaram o material socioeducativo produzido a partir do projeto idealizado inicialmente pelo grupo, mas orientado pelo diálogo com os setores da sociedade atingidos em seus direitos.

Em uma apresentação no final da disciplina, os estudantes dialogaram com a comunidade estudantil e com lideranças locais sobre o processo de desenvolvimento de panfletos socioeducativos, resultantes da pesquisa e das atividades em grupos. As propostas revelaram a mudança de visão dos

estudantes ao longo das atividades, em especial quanto à metodologia de problematização, à apresentação de propostas e ao diálogo com a comunidade. Destaca-se, ainda, a mudança em relação à compreensão do próprio campo dos direitos humanos e à importância da formação de educadores comprometidos com sua defesa, no interior da escola e, sobretudo, fora dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão acerca da formação de professores de Filosofia a partir da disciplina de Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente revelou a importância de encontrar uma metodologia que seja capaz de desenvolver a sensibilidade social e política desse educador. Desse modo, verificou-se que é preciso ultrapassar a separação entre teoria e prática que há nas instituições de ensino, em particular, em disciplinas denominadas “práticas e estágios”, presentes nos projetos pedagógicos de alguns cursos, que são orientados, por sua vez, por diretrizes criadas pelo Conselho Nacional de Educação.

A formação do professor de Filosofia não poderia se fechar em uma estrutura de produção de conhecimento interno nas instituições. Ela não pode circunscrever-se aos espaços de sala de aula e da biblioteca dessas instituições, tampouco se resumir aos estágios em instituições de ensino que, em geral, acontecem nos últimos semestres do curso. Sendo assim, um dos importantes desafios do professor é desenvolver uma metodologia de ensino capaz de educar para a organicidade, a dialogicidade e a criticidade, isto é, o professor como intelectual em nova perspectiva teórico-prática, que apreende as contradições sociais.

Os resultados descritos mostram o quanto o contato com as realidades sociais pode contribuir para o desenvolvimento da consciência filosófica dos educandos. Nesse sentido, a formação específica do estudante de Filosofia, por meio de atividades educativas, pode ser

enriquecida mediante o contato direto com os problemas da comunidade. Isto seria possível por meio de uma metodologia que, de forma ativa, o inserisse em situações que proporcionassem a reflexão em torno dos problemas locais, com as visões populares do senso comum.

A metodologia de trabalho da disciplina levou os estudantes ao aprendizado sobre educação em direitos humanos e meio ambiente, bem como a uma práxis política e social. O desafio proposto os aproximou de uma determinada realidade concreta promovendo um decisivo engajamento e comprometimento com os objetivos propostos no interior dos grupos de trabalho. A perspectiva dessa atuação concreta contribuiu para que os grupos encontrassem caminhos de superação das dificuldades de aprendizagem e de cumprimento das tarefas propostas.

Conforme as perspectivas teóricas de Freire (1994), a formação do professor deveria ter sempre a preocupação com a organização social e a educação além dos muros escolares. Essa formação poderia acontecer, inclusive, no próprio local de trabalho, o que ele denominou “*trabalhos educativos*, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização” (FREIRE, 1994, p. 41). Isso porque o professor, como intelectual orgânico, conforme a proposta gramsciana, tem o papel de compreender a dinâmica das relações na sociedade e de proporcionar uma práxis transformadora.

A formação dos estudantes deveria promover o estudo do discurso hegemônico, segundo a literatura filosófica, e levá-los a confrontar os discursos de manutenção da ordem estabelecida. De acordo com Manacorda (1990, p. 21-22), Gramsci destaca a importância do acesso à cultura, a qual deve proporcionar autonomia e independência para a elaboração de uma práxis contra-hegemônica que, de modo especial, contribua para a compreensão crítica do consenso criado pelas contradições presentes na sociedade capitalista.

Com base na perspectiva de Gramsci, é possível compreender que o educador participa dos processos no interior da escola, aproveitando os espaços de contradição, auxiliando, assim, os alunos a desvelarem a ideologia dominante e elaborarem um pensamento contraideológico na escola e, por extensão, na sociedade. No marco atual das políticas hegemônicas, a educação de educadores em Filosofia enquadra-se na lógica de uma formação aligeirada, distante dos debates e das preocupações históricas urgentes.

O desafio, atualmente, é a formação de professores de Filosofia para o conhecimento do mundo como ele é, desde a tradição mais crítica da história da Filosofia. Muitas vezes, no entanto, a abordagem histórica é feita de forma estrita, principalmente nos cursos de formação de professores de Filosofia, sem articulação com problemas que rodeiam os alunos, o que dificulta o desenvolvimento da prática do filosofar entre os estudantes universitários.

Diante do desafio da formação crítica de professores, impõe-se a busca por metodologias que ampliem o diálogo, promovam a participação de um número maior de estudantes nas discussões em salas de aula, mas, sobretudo, fora delas. Desse modo, são necessárias propostas que engajem os estudantes na investigação de problemas de pesquisa socialmente referenciados e que os ensinem a duvidar, a problematizar, a elaborar perguntas, e, assim, contribuir para transformar a sociedade conscientemente.

THE FORMATION OF PHILOSOPHY TEACHERS AS INTELLECTUALS: THEORETICAL-PRACTICAL ASPECTS

Abstract

This article aims to reflect on the training of Philosophy teachers as intellectuals. The work sought to highlight this matter based on

the experience report of teaching the subject “Education in Human Rights and Environment”. The qualitative approach was privileged, the priorities being the description, interpretation and explanation of the phenomena studied throughout this discipline. The study revealed the importance of learning methodologies that put students in touch with surrounding problems, that is, issues of the community in which they are inserted, and how this practice contributes to the development of their criticality as future Philosophy teachers.

Keywords: Philosophy teaching. Didactics. Human Rights.

LA CAPACITACIÓN DE PROFESORES DE FILOSOFÍA COMO INTELLECTUALES: ASPECTOS TEÓRICO-PRÁCTICOS

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo reflexionar acerca de la capacitación de profesores de Filosofía como intelectuales. El trabajo ha buscado poner dicho tema en relieve a partir del informe de experiencia en la enseñanza de la disciplina “Educación en Derechos humanos y Medio Ambiente”. Se ha privilegiado el planteamiento cualitativo, priorizando la descripción, la interpretación y la explicación de los fenómenos estudiados a lo largo de esta disciplina. El estudio ha revelado la importancia de metodologías de aprendizaje que pongan los alumnos en contacto con problemas cercanos, o sea, de la comunidad en la que están ubicados, y la manera con que tal práctica contribuye al desarrollo de su criticidad como futuros profesores de Filosofía.

Palabras clave: Enseñanza de Filosofía.
Didáctica. Derechos Humanos.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. v. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ISHAY, Micheline R. (Org.). *Direitos humanos: uma antologia*. São Paulo: Edusp, 2013.

MANACORDA, Mario A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MESQUIDA, Peri. Paulo Freire e Antonio Gramsci: a filosofia da práxis na ação pedagógica e na educação de educadores. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 43, p. 32-41, set. 2011.

MONTEIRO SILVA, Aínda Maria; TIRIBA, Léa (Org.). *Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

PENTEADO, Heloísa D. *Meio Ambiente e formação de professores*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Fábio Inácio. *O educador como intelectual orgânico nas concepções político-pedagógicas de Antonio Gramsci e*

Paulo Freire: um desafio. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-modernidade. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SILVEIRA, Rosa M. Godoy et al. (Org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio C.; RADAELLI, Samuel M. (Org.) *Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos*. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2014.

Enviado em 31 de março de 2018

Aprovado em 25 de abril de 2018